

Adelcio Machado Santos¹

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor (UFSC). Docente, pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Universidade Alto Vale do Peixe (UNIARP).
<https://orcid.org/0000-0003396-972X> E-mail: adelciomachado@gmail.com

Anderson Antônio Mattos Martins²

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina, Vice-Reitor Acadêmico da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP.
<https://orcid.org/0000-0001-6812-4219>
E-mail: andersonmartins@uniarp.edu.br

SAÚDE COLETIVA – CONFIGURAÇÃO DE ÁREA EPISTEMOLÓGICA

COLLECTIVE HEALTH - EPISTEMOLOGICAL AREA CONFIGURATION

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo discutir o que é saúde coletiva, seu objeto e campo de atuação. Para isso, realizou-se um estudo de revisão integrativa entre novembro e março de 2022, guiado pela seguinte pergunta norteadora: quais as contribuições da Saúde Coletiva para os mais diversos âmbitos da sociedade? Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se uma busca nas seguintes bases de dados: 1. Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde; 2. Portal de periódicos da Capes. Foram utilizados, para busca dos artigos, os seguintes descritores e suas combinações na língua portuguesa: saúde coletiva e campos de atuação e saúde coletiva e sistema único de saúde. A partir das definições, critérios e combinações de palavras-chaves definidas para o estudo foram localizadas 5974 publicações. A amostra final foi composta por 10 artigos. De acordo com os resultados da presente pesquisa foi possível constatar que na atualidade, pode-se assegurar que a Saúde Coletiva se estabeleceu, consolidando espaço específico e autônomo, e como tal, convive em frequente processo de validar-se socialmente. Evidencia-se ainda, as contribuições da Saúde Coletiva em múltiplas esferas da sociedade, todavia, alguns estudos salientaram um certo impasse na inserção para o mercado de trabalho recomendando que permanece a necessidade de intervenções para beneficiar o ingresso de egressos ao mercado de trabalho. Percebeu-se ainda, não haver um campo científico mais interdisciplinar do que a Saúde Coletiva, pois os indivíduos e seu contexto de vida são complexos e, por esse motivo, demandam do profissional de saúde uma compreensão crítico-reflexiva sobre a determinação social do processo saúde-doença.

Palavras-chave: Saúde Coletiva; Saúde Pública; Interdisciplinaridade; Integralidade; Ciências Humanas e Sociais.

ABSTRACT

This research aimed to discuss what collective health is, its object and field of action. For this, an integrative review study was carried out between November and March 2022, guided by the following guiding question: what are the contributions of Public Health to the most diverse spheres of society? To search for articles in the literature, a search was carried out in the following databases: 1. Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences; 2. Cape's journal portal. The following descriptors and their combinations in Portuguese were used to search for articles: collective health and fields of activity and collective health and the single health system. From the definitions, criteria and combinations of keywords defined for the study, 5974 publications were located. The final sample consisted of 10 articles. According to the results of the present research, it was possible to verify that at present, it can be ensured that Collective Health has been established, consolidating a specific and autonomous space, and as such, it coexists in a frequent process of social validation. It is also evident the contributions of Collective Health in multiple spheres of society, however, some studies have highlighted a certain impasse in the insertion into the labor market, recommending that the need for interventions to benefit the entry of graduates into the labor market remains. It was also noticed that there is not a more interdisciplinary scientific field than Public Health, because the individual and his life context are complex and, for this reason, demand from the health professional a critical-reflexive understanding of the social determination of the process health-disease.

KEYWORDS: Collective Health; Public health; Interdisciplinarity; completeness; Human and Social Sciences.

INTRODUÇÃO

A instituição da Saúde Coletiva no Brasil como uma área planejada e estruturante de métodos e fundamentos teórico-políticos se deu a partir do final dos anos de 1970 e começo da década de 1980, sob interferência do panorama socioeconômico e político-ideológico do país e da América Latina (SOUZA et al., 2017). Além disso, a conjuntura de consecutivas tensões no plano epistemológico, nas práticas de saúde pública e na instauração de trabalhadores da saúde, volvia imprescindível a superação do biologicismo e funcionalismo hegemônicos e uma maior abertura à interdisciplinaridade para enfrentar com a complexidade dos indivíduos em seus processos de adoecimento (VELLOSO et al., 2016).

Determina-se, então, a Saúde Coletiva como um campo do saber que toma como elemento as indigências sociais de saúde (e não somente as enfermidades, os agravos ou os riscos) abrangendo a circunstância de saúde como um seguimento social (o seguimento saúde-doença) pertinente ao arranjo da sociedade e idealizando as intervenções de atenção à saúde como práticas respectivamente técnicas e sociais (SOUZA, 2014). Ainda de acordo com Paim e Almeida Filho (1998), a Saúde Coletiva é uma área do saber composta para acender a heterogeneidade do processo saúde-doença, ponderando seus distintos aspectos e decorrências na realidade social, a partir do julgamento a um ponto de vista reducionista de saúde.

Recentemente, o acúmulo de meditações sobre o campo da Saúde Coletiva nos consente anunciá-la como um âmbito sancionado, regularizado e cientificamente sólido, proporcionando uma natureza epistemológica e uma prática política distinta estabelecida na interconexão das Ciências Naturais e das Ciências Humanas e Sociais (NOGUEIRA; BOSI, 2017).

Nesse contexto, com o desenvolvimento da Saúde Coletiva e a emergência de um corpo bem instituído de produções científicas, verifica-se a relevância em discutir a respeito de suas limitações e competências. Uma primeira aproximação exhibe que a área da Saúde Coletiva, talvez por ser nova, ou talvez por articular-se também em uma dimensão mais prática dos serviços de saúde, por vezes confundindo-se com essa dimensão de corte político-administrativo, necessita de reflexões mais aprofundadas no campo epistemológico (OSMO; SCHRAIBER, 2015). Importante destacar, que é corriqueiro autores empregarem como sinônimos, em um mesmo texto, os termos Saúde Coletiva e Saúde Pública, ou Saúde Coletiva e Medicina Social, ou ainda Saúde Coletiva e Epidemiologia (SILVA; SCHRAIBER; MOTA, 2019).

Destaca-se também, uma particularidade associada à Saúde Coletiva que é a de ser um campo interdisciplinar (às vezes seus agentes usam a terminação multidisciplinaridade, ou então transdisciplinaridade) (VELLOSO et al., 2016). Nunes (1994) destaca que o campo se baseia na interdisciplinaridade como possibilitadora de um conhecimento expandido de saúde e na multiprofissionalidade como forma de encarar a variedade interna ao saber/fazer das práticas sanitárias.

Sempre em constituição e muito podendo caminhar na construção e em marcos de reflexão sobre a própria identidade, a Saúde Coletiva, como outros, estabelece-se como um "campo vivo" (SILVA; SCHRAIBER; MOTA, 2019). Mas o impasse em localizar subsídios aglutinadores, tecendo alvos comuns, pode conceber, por um lado, uma vulnerabilidade, ainda que, por outro, tornar a Saúde Coletiva um campo sempre "acessível à incorporação de propostas inovadoras" (PAIM; ALMEIDA FILHO, 1998, p. 312).

Nesse contexto, a saúde coletiva coloca em ampla, e às vezes incômoda, proximidade profissional de campos distintos, com diversos instrumentos de trabalho, e comumente com elementos imediatos bastante característicos. Isso tem instigado a múltiplas ponderações sobre o significado de Saúde Coletiva como campo de conhecimento e do seu objeto. Assim sendo, o objetivo do presente estudo visa, discutir o que é saúde coletiva, seu objeto e campo de atuação por meio de uma revisão de literatura integrativa.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa com abordagem qualitativa de natureza exploratória, que consiste em um método de pesquisa da prática baseada em evidências, pois sintetiza as pesquisas disponíveis sobre determinado tema, fundamentando-se em conhecimento científico (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Ainda, de acordo com Beyea e Nicoll (1998, p.879),

A revisão integrativa da literatura consiste na construção de uma análise ampla da literatura, contribuindo para discussões sobre métodos e resultados de pesquisas, assim como reflexões sobre a realização de futuros estudos. O propósito inicial deste método de pesquisa é obter um profundo entendimento de um determinado fenômeno baseando-se em estudos anteriores. É necessário seguir padrões de rigor metodológico,

clareza na apresentação dos resultados, de forma que o leitor consiga identificar as características reais dos estudos incluídos na revisão.

Nessa perspectiva, o processo de elaboração do presente estudo foi realizado entre novembro e março de 2022 e apresentou as seguintes fases: (i) definição da pergunta norteadora, estratégia de busca na literatura, identificação dos estudos e coleta de dados; (ii) análise dos estudos incluídos; (iii) discussão dos resultados (iiii) apresentação da revisão integrativa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Definição da pergunta norteadora

Quais as contribuições da Saúde Coletiva para os mais diversos âmbitos da sociedade?

Estratégia de busca na literatura

Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se uma busca nas seguintes bases de dados: 1. Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); 2. Portal de periódicos da Capes (CAPES). Foram utilizados, para busca dos artigos, os seguintes descritores e suas combinações na língua portuguesa: saúde coletiva e campos de atuação e saúde coletiva e sistema único de saúde.

Critérios de inclusão e exclusão

Critérios de inclusão

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram:

- Publicações disponibilizadas nas línguas portuguesa;
- Disponibilidade dos textos na versão integral;
- Periódicos revisados por pares;
- Período de publicação entre 2017 e 2021;
- Busca por artigos científicos, excluindo-se outros tipos de trabalhos (teses, dissertações, livros e resenhas).

Critérios de exclusão

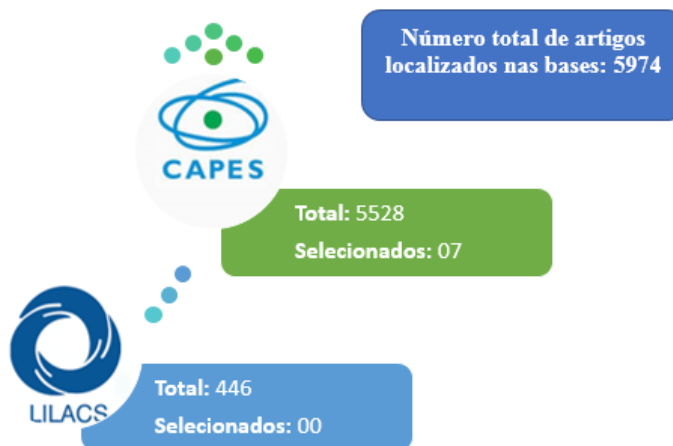
Os critérios de exclusão foram as publicações em duplicidade e aquelas em que o objeto de estudo não estabelecia relação com o tema abordado.

Identificação dos estudos e coleta de dados

Inicialmente todos os estudos identificados na pesquisa foram avaliados a partir de seus títulos e/ou resumos. Posteriormente, os estudos que atenderam aos critérios de inclusão foram recuperados para leitura do texto completo e nova avaliação quanto aos critérios de inclusão. Do total de estudos selecionados, foi realizada uma leitura prévia e identificados alguns eixos para análise. Após essa etapa, as informações extraídas dos estudos selecionados incluíram: título, autores, base de dados, ano de publicação, idioma, objetivo do estudo e

conclusão. A Figura 1 apresenta o fluxograma desenvolvido para atender o objetivo do estudo.

Figura 1 - Distribuição e seleção dos artigos segundo os critérios de elegibilidade estabelecidos na pesquisa (Nov/Fev, 2022)



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Análise dos dados

A análise dos estudos selecionados, em relação ao delineamento de pesquisa, pautou-se em Polit, Beck e Hungler (2004) e Lo Biondo-Wood e Haber (2001), sendo que tanto a análise quanto a síntese dos dados extraídos dos artigos foram realizadas de forma descritiva, possibilitando observar, contar, descrever e classificar os dados, com o intuito de reunir o conhecimento produzido sobre o tema explorado na revisão.

RESULTADOS

Foram selecionados sete artigos para análise, sendo os sete da base de dados CAPES. Quanto ao ano de publicação dos artigos, quatro correspondem ao ano de 2019 obtendo assim, uma maior representatividade. Os demais resultados encontram-se na tabela 1.

Tabela 1- Distribuição dos estudos incluídos na revisão, referente aos anos de publicação, compreendidos entre 2017 e 2021.

Ano de publicação	Número absoluto	%
2017	01	14,29%
2018	01	14,29%
2019	04	57,14%
2020	01	14,29%
2021	00	0,00%
Total	07	100%

Fonte: Dados dos autores

Em relação ao Quadro 1, tem-se a seguir uma sinopse que contém as principais características dos artigos selecionados neste trabalho, sendo os mesmos retratados com título do estudo, autor, ano de publicação, objetivo e conclusão do estudo.

Quadro 1- Sinopse demonstrativa dos artigos compreendidos entre 2020 e 2021 incluídos no estudo.

Título	Autores	Nº	Base de dados	Objetivo do estudo	Conclusão
Contribuições da Saúde Coletiva para o trabalho de enfermeiros	Káren Mendes Jorge de Souza; Clarissa Terenzi Seixas; Helena Maria Scherlowski Leal David; Aline Queiroz da Costa	2017	CAPES	Analisar as percepções de alunos do curso de bacharelado em Enfermagem acerca das contribuições da Saúde Coletiva para o trabalho de enfermeiros no Sistema Único de Saúde.	Para a maior parte dos entrevistados, o campo da Saúde Coletiva é caracterizado pela atuação na Atenção Básica, voltada ao coletivo e com base epidemiológica. Outras unidades de significação relacionam a Saúde Coletiva a promoção da saúde, a prevenção de doenças e ao conceito ampliado de saúde, além de representar a porta de entrada do SUS.
Identidade profissional e movimentos de emprego de egressos dos cursos de graduação em Saúde Coletiva	Vinício Oliveira da Silva; Isabela Cardoso de Matos Pinto; Carmen Fontes de Souza Teixeira	2018	CAPES	Analisar a construção da identidade profissional dos estudantes e egressos dos cursos de graduação em Saúde Pública / Coletiva no Brasil	Os resultados encontrados apontam para os desafios na inserção desse novo profissional no mercado de trabalho do setor, indicando a necessidade de ações que favoreçam o acesso dos egressos ao emprego, de modo que avancem no processo de profissionalização e no delineamento de sua identidade específica.
Trajetórias e aproximações entre a saúde coletiva e a agroecologia	Andre Campos Burigo; Marcelo Firpo de Souza Porto	2019	CAPES	Discutir a trajetória da aproximação entre a saúde coletiva e a agroecologia	Desde a X CNS (1996), o debate sobre a agroecologia estava presente em espaços da saúde pública, mas, somente a partir dos anos 2000, começaram a ser publicados os primeiros trabalhos acadêmicos na saúde coletiva, bem como foi sendo construído um conjunto de políticas públicas (inter)setoriais de integração da pauta agroecológica ao SUS.
Desenvolvimento de tecnologia dura para tratamento do pé diabético: um estudo de caso na perspectiva da saúde coletiva	Mário Fabricio Fleury Rosa; Sílvia Maria Ferreira Guimarães; Aldira Guimarães Duarte Dominguez; Rebeca Soares Assis; Cecília Balbino Reis; Suéllia de Siqueira Rodrigues Fleury Rosa	2019	CAPES	Analisar, na perspectiva da saúde coletiva, o processo de desenvolvimento do equipamento médico para o tratamento do pé diabético realizado pela parceria entre o Ministério da Saúde (MS) e a Universidade de Brasília (UnB) no período de dezembro de 2018 a janeiro de 2019	A contribuição da saúde coletiva na produção da tecnologia dura minimizou lacunas para a provável transformação da ideia em produto assimilável pelo SUS e diminuiu os espaços entre as áreas do conhecimento envolvidas, aproximando a universidade da iniciativa privada e dos órgãos reguladores.

Continua

Continuação Quadro 1

Saneamento é saúde? O saneamento no campo da saúde coletiva	Paulo Rubens Guimarães Barrocas; Flavia Franchini de Mattos Moraes; Ana Cristina Augusto Sousa	2019	CAPES	Investigar a relevância dada ao tema do saneamento pelos pesquisadores do campo da saúde coletiva no Brasil, buscando entender os possíveis fatores Associados ao aparente divórcio entre o saneamento e esse campo do conhecimento	Poucos grupos de pesquisa em saúde coletiva estudam e publicam sobre saneamento nos periódicos avaliados. Fatores que poderiam estar associados à aparente baixa relevância dada ao tema pela comunidade acadêmica da saúde coletiva são discutidos.
Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva	Carlos Machado de Freitas; Christovam Barcellos; Carmen lides Rodrigues Frões Asmus; Mariano Andrade da Silva; Diego Ricardo Xavier	2019	CAPES	Apresentar e discutir a complexidade de desastres da natureza para a Saúde Coletiva e o SUS, tendo como referência os desastres recentes	A Saúde Coletiva e o SUS como um todo devem trabalhar os efeitos à saúde causados pelos desastres e os processos de reabilitação e recuperação da saúde, bem como a prevenção de doenças integrados com os de reconstrução
A urgência da Saúde Coletiva na formação em Educação Física: lições com o COVID-19	Mathias Roberto Loch; Cassiano Ricardo Rech; Filipe Ferreira da Costa	2020	CAPES	Buscou-se neste ensaio, sem a intenção de esgotar o assunto ou realizar receituário acadêmico, sustentar nossa posição a respeito da urgência da aproximação da formação em EF com o campo da Saúde Coletiva, bem como apresentar algumas proposições para que ela, de fato, aconteça.	O presente estudo defende uma formação que favoreça uma visão mais ampliada da saúde, que possibilite que profissionais e professores compreendam a relação potencial entre a EF e a saúde, mas que ao mesmo tempo reconheçam que a atividade física não é uma panaceia e que a saúde humana tem muitos outros determinantes e condicionantes.

Fonte: Dados dos autores

DISCUSSÃO

A partir da década de 1970, constituiu-se o nascimento do campo da Saúde Coletiva no Brasil, com a integração de conhecimentos dos âmbitos das Ciências Humanas e Sociais, e uma crítica à saúde pública convencional, na qual se implantava o “sanitarismo”. O Movimento Sanitarista teve como exercício operações preventivas fundamentadas no bom emprego de tecnologias (saneamento, imunização e domínio de vetores), propostas sobretudo aos pobres e esferas excluídas da população, e tendo o Estado como núcleo de delineamento e efetivação (OSMO; SCHRAIBER, 2015).

Nesse sentido, a Saúde Coletiva pode ser determinada como um campo de concepções de conhecimentos volvidos para o entendimento da saúde e a explicação de seus determinantes sociais, bem como o domínio de métodos voltados majoritariamente para a promoção da saúde, além de voltada para a precaução e o cuidado a agravos e doenças, adotando por objeto não apenas os sujeitos, mas, especialmente os grupos sociais, logo a coletividade (PAIM, 1982; DONNANGELO, 1983).

Mesmo que a Saúde Coletiva consagradamente tenha sido instituída, sobretudo, por médicos, outros profissionais, como cientistas sociais, enfermeiros, odontólogos, farmacêuticos, e também agentes provenientes de outros campos do conhecimento, como engenheiros, físicos e arquitetos, colaboraram para sua constituição. Trata-se, deste modo, de um campo multiprofissional e interdisciplinar (VIEIRA-DA-SILVA; PAIM; SCHRAIBER, 2014).

Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade no campo da Saúde Coletiva encontra-se como reivindicação interna, visto que seu objeto de trabalho – a saúde e a doença no seu domínio social – submerge respectivamente: as conexões sociais, as manifestações emocionais e afetuosas e a biologia, manifestando, por meio da saúde e da doença, as circunstâncias e pretextos sócio históricos e culturais dos sujeitos e coletivos (VELLOSO et al., 2016).

Não obstante haja obstáculos de estabelecer um plano interdisciplinar, esse é visto como um obstáculo possível e desejável no campo da saúde, dado que há um ilimitado campo de probabilidades a ser investigado, pois permanece, a seu benefício, um acordo direto e estratégico com o mundo vivido, da amargura, da aflição e da morte (VELLOSO et al., 2016).

Dessa forma, atribui-se um papel integral e estratégico ao agente da Saúde Coletiva: a encargo pela direção do processo coletivo de trabalho, tanto no aspecto epidemiológico e social de inquietação e entendimento das indigências de saúde, quanto no aspecto organizacional e gerencial de escolha e intervenção de tecnologias para o atendimento dessas necessidades. (FREITAS et al., 2019; VELLOSO et al., 2016)

Nessa perspectiva, Freitas et al., (2019) buscaram em seu estudo, discutir a complexidade de desastres, por natureza para a Saúde Coletiva e o SUS, tendo como referência os desastres recentes em barragens de mineração como Samarco em Mariana e Vale em Brumadinho. De acordo com os autores, do ponto de vista da Saúde Coletiva, a importância de se entender os mesmos está não só no quantitativo de mortes e agravos à saúde adjacentes, mas também na assimilação da emergência de novos problemas e imperativos de saúde ao longo do tempo, de forma que movimentem todo o arcabouço de Saúde Pública.

Além do mais, as catástrofes tecnológicas, por submergirem contaminantes, determinam deliberações em condições de urgência carregadas de improbabilidades, para deter ou suavizar as exposições e riscos, assim como cuidar dos prejuízos e enfermidades, não só as de curto prazo, como também as de médio e longo prazo (FREITAS et al., 2019).

De acordo com Barrocas, Moraes e Sousa (2019), a estruturação do campo da Saúde Coletiva nasceu e se solidificou no Brasil a mesma ocasião em que as apreensões com

os problemas ambientais alcançaram escala global. Dessa forma, as inclusões das demandas ambientais no campo da Saúde Coletiva tiveram princípio no fim dos anos 1970, quando a produção de informação sobre a saúde do trabalhador demonstrou a união entre a atmosfera ocupacional e a saúde.

Em seguida, tornaram-se amplamente aceitas que as alterações determinadas pelo homem no meio ambiente, e não somente as ocasionadas dos processos de produção, eram responsáveis pela aparição ou agravamento de doenças. Assim, determinados estudos têm assinalado para a anexação de questões ambientais na agenda de investigação do campo da Saúde Coletiva, com o aumento de linhas de pesquisa em grupos de pesquisa e nos programas de pós-graduação (BARROCAS; MORAES; SOUSA, 2019).

Dentro desse contexto, Burigo e Porto (2019), também discutiram a trajetória da aproximação entre a saúde coletiva e a agroecologia. O estudo aponta que a demanda agrária esteve bastante distante na solidificação da Saúde Coletiva desde seu início nos anos 1970. Contudo, nas últimas décadas, a afinidade da saúde com as demandas agrárias e o confronto do agronegócio, especialmente a partir da agenda dos agrotóxicos, vêm acendendo de importância estratégica. De acordo com os autores supracitados, a aproximação entre saúde e agroecologia é importante por, pelo menos, duas razões:

Primeiro, vivemos um momento de agravamento das crises democrática, social, sanitária e ecológica não só no País, mas também no conjunto do planeta. Vivemos tempos contraditórios de neoliberalismo e globalização de fluxos financeiros e mercadorias, com o acirramento de disputas geopolíticas internacionais, que conduziram a um sistema agroalimentar indutor do consumo de agrotóxicos e transgênicos e a uma sindemia de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. Uma segunda razão diz respeito ao próprio significado da questão agrária e da agroecologia para a saúde coletiva. O País é marcado pela concentração de terras, de poder e de acesso a riquezas naturais, e isso guarda relação estrutural com desigualdades sociais e iniquidades em saúde, como as manifestações da miséria e da fome (BURIGO; PORTO, 2019, p. 249).

Logo os autores defendem as aproximações entre os movimentos sanitário e agroecológico como uma passagem fértil com ambientes para que diferentes áreas e profissionais da saúde coletiva e agroecologistas possam se engajar em uma agenda emancipatória de trabalho que colabore para outros futuros possíveis.

Nesse ínterim, outro achado da presente revisão integrativa diz respeito a urgência da aproximação da formação em Educação Física com o campo da Saúde Coletiva. Loch, Rech e Costa (2020), defendem a emergência do debate sobre uma maior participação do campo da Saúde Coletiva nos cursos de formação em Educação Física. Entre os motivos que explicam essa “emergência” os autores destacam que:

A Educação Física necessita para além de uma formação pautada nos efeitos clínicos da atividade física nas doenças, ampliar sua reflexão sobre elementos da gestão em saúde e determinantes socioambientais e políticos de saúde. Essa é uma demanda atual e apontada, entre outros documentos, pela Resolução do Conselho Nacional da Educação que reforça o campo da saúde como um eixo de formação para os novos currículos em formação em Educação Física (LOCH; RECH; COSTA, 2020, p. 3212).

Entretanto, os autores salientam que não se faz uma aproximação, de fato eficaz, com o campo da Saúde Coletiva, simplesmente com o estabelecimento e oferta de disciplinas mais características a esta área. Dessa forma, um provável caminho é fazer com que elementos curriculares que habitualmente focalizam exclusivamente em questões individualizadas e centralizadas no mercado privado da atuação, procurem uma visão mais ampla de saúde e discorram com a oferta e desempenho dos serviços públicos de saúde. Além do mais, outro ponto primordial é que os educandos sejam submersos na experiência, desde os primeiros semestres (LOCH; RECH; COSTA, 2020).

Além disso, a formação necessitaria ir para além dos subsídios técnicos científicos das áreas de conhecimento, e deveria abarcar aspectos que colaborariam para que os universitários conheçam a dinâmica dos principais Sistemas de Gestão das Políticas Públicas do país (ex: SUS, Sistema Nacional de Previdência Social, Sistema Nacional de Educação, entre outros). Unicamente a partir de uma compreensão expandida da realidade, será possível progredir em direção à uma formação mais humanizada, que cooperaria para se evitar debates pouco conexos com as reais necessidades e condições de vida dos sujeitos (LOCH; RECH; COSTA, 2020).

Nessa perspectiva, Souza et al., (2017) buscaram investigar as contribuições da Saúde Coletiva para o trabalho de enfermeiros no Sistema Único de Saúde. Para isso, os autores realizaram uma pesquisa em uma instituição de Ensino Superior pública situada no estado do Rio de Janeiro. Os participantes foram 15 alunos matriculados no oitavo período (Internato) do curso de bacharelado em Enfermagem, durante estágio curricular em unidades da Atenção Básica (AB) nas quais são desenvolvidas práticas e debates na esfera da Saúde Coletiva.

Os resultados do estudo expressam a Saúde Coletiva como sinônimo da Atenção Básica, restringindo a uma questão de atenção do SUS, que visa especialmente a precaução de doenças, o acesso da saúde e a entrada do usuário no sistema de saúde. Como subsídios ao enfermeiro em formação inicial, os entrevistados argumentaram que a Saúde Coletiva proporciona saberes e práticas pertinentes ao conceito expandido de saúde, a profundidade do cuidado e a educação em saúde, sobretudo as intervenções educacionais para o autocuidado (SOUZA et al., 2017).

Dessa forma, os autores observaram que a contribuição da Saúde Coletiva para o trabalho do enfermeiro no SUS desponta com o padrão biologista e implanta debates de natureza social e política referentes ao cuidado no processo saúde-doença das sociedades.

Seguindo os achados da presente revisão, percebeu-se que a Saúde Coletiva, também se faz presente no processo de desenvolvimento de equipamentos médicos. Rosa et al., (2019), analisaram, na perspectiva da Saúde Coletiva, o processo de desenvolvimento do equipamento médico para o tratamento do pé diabético realizado pela parceria entre o Ministério da Saúde (MS) e a Universidade de Brasília (UnB). De acordo com os resultados do estudo, os autores concluíram que a Saúde Coletiva, por estar integrada no grande círculo das Ciências da Saúde e ter conhecimentos científicos sobre políticas de saúde, idealização e gestão de sistemas e serviços de saúde para o estudo de caso, originou uma dinâmica importante na inter-relação entre a bancada e o leito do SUS, ornando na mesma totalidade racionalidades médico-sanitárias e científico-tecnológicas. Os autores destacam ainda que a participação da Saúde Coletiva reduziu os espaços entre os campos do conhecimento entrelaçados, aproximando a universidade da iniciativa privada e dos órgãos reguladores (ROSA et al., 2019).

Entretanto, pensar o reconhecimento da Saúde Coletiva em diversos campos, Silva, Pinto e Teixeira (2018), buscaram analisar a construção da identidade profissional dos estudantes e egressos dos cursos de graduação em Saúde Pública/Coletiva no Brasil. Dessa forma, os resultados encontrados no estudo apontam para grandes obstáculos na introdução desse novo profissional no mercado de trabalho, advertindo a necessidade de intervenções que beneficiem a ascensão dos egressos ao emprego, de maneira que progridam no processo de profissionalização e no delineamento de sua identidade particular.

De acordo com a pesquisa, as demandas políticas e burocráticas se exibem como uma grande problemática para a introdução dos egressos assim como, os problemas de inclusão nos editais. Juntam-se a isso a pluralidade de pré-requisitos sobre o perfil do concorrente determinado pelos editais e, por outro lado, a falta de informação e nitidez sobre as possibilidades de atuação do sanitarista egresso da graduação (SILVA; PINTO; TEIXEIRA, 2018).

CONCLUSÃO

Como conclusões desse estudo, é possível destacar que a Saúde Coletiva no Brasil apresenta a particularidade de ser estabelecida a partir de uma circunstância na qual a demanda democrática era discutida pela sociedade civil, sobretudo por movimentos sociais e de classe média. Dessa forma, evidenciou-se naquela ocasião a luta pela democratização da saúde, popular como Movimento da Reforma Sanitária ou “movimento sanitário”, que apoiava o reconhecimento do direito à saúde como intrínseco a vitória da cidadania.

Na atualidade, pode-se assegurar que a Saúde Coletiva se estabeleceu, consolidando espaço específico e autônomo, e como tal, convive em frequente processo de validar-se socialmente. Evidencia-se ainda, as contribuições da Saúde Coletiva em múltiplas esferas da sociedade, todavia, alguns estudos salientaram um certo impasse na inserção para o mercado de trabalho recomendando que permanece a necessidade de intervenções para beneficiar o ingresso de egressos ao mercado de trabalho.

Assim sendo, percebeu-se, não haver um campo científico mais interdisciplinar do que a Saúde Coletiva, pois os indivíduos e seu contexto de vida são complexos e, por esse motivo, demandam do profissional de saúde uma compreensão crítico-reflexiva sobre a determinação social do processo saúde-doença.

REFERÊNCIAS

BARROCAS, P. R. G., MORAES, F. F. D. M., & SOUSA, A. C. A. **Saneamento é saúde?** O saneamento no campo da saúde coletiva. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 26, p. 33-51, 2019.

BEYEA, S. C.; NICOLL, L. H. Writing an integrative review. **AORN Journal**, Philadelphia, v. 67, n. 4, p. 877-880, Apr. 1998.

BURIGO, A. C.; PORTO, M. F. D. S. Trajetórias e aproximações entre a saúde coletiva e a agroecologia. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 248-262, 2020.

FREITAS, C. M. D.; BARCELLOS, C.; ASMUS, C. I. R. F.; SILVA, M. A. D.; XAVIER, D. R. Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, 2019.

LO BIONDO-WOOD, G.; HABER, J. **Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização**. 4a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2001.

LOCH, M. R.; RECH, C. R.; COSTA, F. F. D. A urgência da Saúde Coletiva na formação em Educação Física: lições com o COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3511-3516, 2020.

NOGUEIRA, J. A. D.; BOSI, M. L. M. Saúde Coletiva e Educação Física: distanciamentos e interfaces. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1913-1922, 2017.

NUNES, E. D. Saúde coletiva: história de uma ideia e de um conceito. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 5-21, 1994.

OSMO, A.; SCHRAIBER, L. B. **O campo da saúde coletiva no Brasil: definições e debates em sua constituição**. Saúde e Sociedade, v. 24, p. 205-218, 2015.

PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. Saúde coletiva: uma "nova saúde pública" ou campo aberto a novos paradigmas?. **Revista de saúde Pública**, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998.

PARO, C. A.; PINHEIRO, R. Interprofissionalidade na graduação em Saúde Coletiva: olhares a partir dos cenários diversificados de aprendizagem. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, p. 1577-1588, 2018.

PEREIRA, É. L.; CARNEIRO, R. O que podem nos contar os estágios supervisionados em/sobre saúde coletiva?. **Saúde e Sociedade**, v. 28, p. 53-66, 2019.

POLIT, D. F.; BECK, C.T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**: métodos, avaliação e utilização. 5a ed. Porto Alegre (RS): Artmed, 2004.

RIBEIRO, P. T.; CASTRO, L. Ciências sociais em saúde: perspectivas e desafios para a saúde coletiva. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 165-178, 2020.

ROSA, J. C. S.; MÜLLER, G. S. A experiência do bacharel em Saúde Coletiva no Sistema Único de Saúde (SUS): contribuições para refletir sobre o trabalho na saúde em tempos de crise. **Saúde em Redes**, v. 4, n. 1, p. 161-172, 2018.

ROSA, M. F. F.; GUIMARÃES, S. M. F.; DOMINGUEZ, A. G. D.; ASSIS, R. S.; REIS, C. B.; ROSA, S. D. S. R. F. Desenvolvimento de tecnologia dura para tratamento do pé diabético: um estudo de caso na perspectiva da saúde coletiva. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe2, p. 87-100, 2019.

SILVA, M. J. S.; SCHRAIBER, L. B.; MOTA, A. O conceito de saúde na Saúde Coletiva: contribuições a partir da crítica social e histórica da produção científica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 29, 2019.

SILVA, V. O. D.; PINTO, I. C. D. M.; TEIXEIRA, C. F. D. S. Identidade profissional e movimentos de emprego de egressos dos cursos de graduação em Saúde Coletiva. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 799-808, 2018.

SOUZA, K. M. J. D.; SEIXAS, C. T.; DAVID, H. M. S. L.; COSTA, A. Q. D. Contribuições da saúde coletiva para o trabalho de enfermeiros. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, p. 543-549, 2017.

SOUZA, L. E. Saúde pública ou saúde coletiva. **Rev Espaço Saúde**, v. 15, n. 4, p. 7-21, 2014.

SOUZA, M.T.D.; SILVA, M.D.D.; CARVALHO, R.D. **Integrative review**: what is it? How to do it?. *Einstein* (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

VELLOSO, M. P.; GUIMARÃES, M. B. L.; CRUZ, C. R. R.; NEVES, T. C. C. Interdisciplinaridade e formação na área de saúde coletiva. **Trab Educ Saúde**, v.14, n. 1, p. 257-71, 2016.

VIEIRA-DA-SILVA, L. M.; PAIM, J. S.; SCHRAIBER, L. B. O que é saúde coletiva? In: PAIM, J. S.; ALMEIDA-FILHO, N. (Org.). **Saúde coletiva: teoria e prática**. Rio de Janeiro: MedBook, 2014. p. 3-12.

Recebido em: 17-12-2018

Aceito em: 13-09-2022